

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.632 - AM
(2019/0131299-0)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

AGRAVANTE : REGINALDO PINTO DOS SANTOS

ADVOGADOS : JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES - AM005935

**JOSEMAR BERCOT RODRIGUES JUNIOR -
AM007557**

AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. ART. 39 DA LEI N. 8.038/1990. SUPERVENIÊNCIA DA LEI N. 13.105/2015. PRAZO DE 5 DIAS. AGRADO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. O prazo para interposição de agravo regimental, em processo penal, é de 5 dias, de acordo com os arts. 39 da Lei n. 8.038/1990 e 258 do RISTJ.

2. Assim, mesmo após a entrada em vigor da Lei n. 13.105/2015, o prazo para a interposição de agravo regimental continuou sendo regido pelo art. 38 da Lei n. 8.038/1990.

3. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que o dia 28 de outubro não constitui feriado nacional, de modo que a eventual suspensão dos prazos em tal data deve ser comprovada no momento da interposição do agravo.

4. Ademais, tal como ressaltado no parecer ministerial, o "ponto facultativo, decorrente da comemoração do Dia do Servidor Público, foi transferido para o dia 31/10/2019, quinta-feira, pela Portaria STJ/GP nº 335 de 26/09/2019, remanescendo normal o expediente no STJ naquela data derradeira".

5. É intempestivo o agravo regimental interposto após o lapso de 5 dias.

6. Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, não conhecer do agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro,

Superior Tribunal de Justiça

Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**